



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Cidades, desenvolvimento regional e neoliberalismo: a reemergência dos estudos urbanos e regionais¹

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento
Universidade Estadual de Campinas

William Eufrásio Nunes Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Sessão Temática 01: Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução dos estudos urbanos e regionais e sua secundarização no contexto neoliberal. A natureza metodológica é bibliográfica. O recorte temporal analisado não abarca os desdobramentos dos anos 2000/10, em que a posição do Estado é retomada pelas crises financeiras e o neodesenvolvimentismo ganhou força no Brasil. Diante disso, observou-se que o capital se sobrepôs as questões sociais, econômicas, urbanas, regionais, políticas, culturais e de desenvolvimento, incitando localismos e regionalismos na lógica do neoliberalismo e do capital financeiro, buscando maior reprodução, acumulação e circulação do capital. Portanto, é factível entender que as práticas locais não se apresentam como panaceia para o desenvolvimento. No Brasil, o planejamento urbano e regional continua minguado conceitual e empiricamente, evidenciando as tentativas de criar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e suas atualizações (PNDR I e II). Deve-se pensar políticas que abordem conjuntamente as cidades, as regiões e o desenvolvimento, que permitam integrar nacionalmente o país, mas que não deixe de destacar as especificidades regionais e suas potencialidades de desenvolvimento regional.

Palavras-chave. Cidade; Desenvolvimento; Neoliberalismo; Economia Urbana e Regional.

Cities, regional development and neoliberalism: the reemergence of urban and regional studies

Abstract. *The present work aims to analyze the evolution of urban and regional studies and their secundarization in the neoliberal context. The methodological nature is bibliographic. The timeframe analyzed does not include the developments of the years 2000/10, when the position of the State was taken over by the financial crises and the neo-developmentalism gained strength in Brazil. Therefore, it was observed that the capital overlapped social, economic, urban, regional, political, cultural, and development issues, inciting localisms and regionalisms in the logic of neoliberalism and financial capital, seeking greater reproduction, accumulation, and circulation of capital. Thus, it is feasible to understand that local practices are not a panacea for development. In Brazil, urban and regional planning continues to be conceptually and empirically scarce, evidencing the attempts to create a National Policy for Regional Development and its updates (NPRD I and II). It is necessary to think of policies that jointly address cities, regions, and*

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

development, which allow for the national integration of the country, but which do not fail to highlight regional specificities and their regional development potentialities.

Keywords: City; Development; Neoliberalism; Urban and Regional Economy.

Ciudades, desarrollo regional y neoliberalismo: el resurgimiento de los estudios urbanos y regionales

Resumen. *El presente trabajo pretende analizar la evolución de los estudios urbanos y regionales y su marginación en el contexto neoliberal. El carácter metodológico es bibliográfico. El marco temporal no incluye los desdoblamientos de los años 2000/10, en los que la posición del Estado es retomada por las crisis financieras y el neo-desarrollismo gana fuerza en Brasil. Frente a ello, se observó que el capital ha superpuesto cuestiones sociales, económicas, urbanas, regionales, políticas, culturales y de desarrollo, incitando localismos y regionalismos en la lógica del neoliberalismo y del capital financiero, buscando una mayor reproducción, acumulación y circulación del capital. Por lo tanto, es factible comprender que las prácticas locales no son una panacea para el desarrollo. En Brasil, la planificación urbana y regional sigue siendo conceptual y empíricamente escasa, lo que evidencia los intentos de crear una Política Nacional de Desarrollo Regional y sus actualizaciones (PNDR I y II). Es necesario pensar en políticas que aborden conjuntamente las ciudades, las regiones y el desarrollo, que permitan la integración nacional del país, pero que no dejen de resaltar las especificidades regionales y sus potencialidades de desarrollo regional.*

Palabras clave: Ciudad; Desarrollo; Neoliberalismo; Economía Urbana y Regional.

1 Introdução

A cidade é uma expressão da produção social que evidenciou as metamorfoses do capitalismo. As diversas interpretações que permeia o conceito de cidade justificam sua complexidade teórico-empírica em buscar entendê-la, enquanto espaço social, econômico, político e cultural. Nas fases que suscitaram o modo de produção de capitalista vigente (comércio, indústria), foi possível identificar as cidades e suas identidades a partir das transformações urbanas e regionais apregoadas pelo capital (SPOSITO, 1988). A partir da década de 1970, com o advento da globalização e da reestruturação produtiva, as cidades assumiram novas funções, um protagonismo em diversas perspectivas, transformados em atores sociais e complexos e de múltiplas dimensões (CASTELLS; BORJA, 1996).

O *boom* urbano, demográfico e econômico das cidades elevou o padrão de competitividade gerando nós complexos nas regiões, acentuando as desigualdades intra e inter-regionais. No Brasil, as transformações evidenciadas no último quartel do século XX, imprimiram novos arranjos sobre a rede urbana e a forte relação das cidades com sua área de influência regional, em especial no interior, evidenciando as potencialidades locais e o novo papel assumido pelas cidades. Todavia, o neoliberalismo incitou individualismo possessivo e a renúncia as formas de ação coletiva, ou seja, a cidade se transformou em decorrência dos processos globais contínuos e, ao mesmo tempo, das modificações no modo de produção e nas relações de classe e propriedade. A lógica de mercado, nesse sentido, foi acirrada; ser um espaço atrativo para o capital tornou-se a única alternativa para o desenvolvimento econômico local e/ou regional (CASTELLS; BORJA, 1996).

Dentro desse contexto, cabe frisar os estudos urbanos e regionais e sua evolução teórico-metodológica, as quais permitiram compreender o papel da região e sua relação com a cidade, do caráter difuso dos espaços e sua influência sobre outros, da análise econômica sobre questão espacial e sua importância para o desenvolvimento regional, descortinando a questão da desigualdade e do desenvolvimento numa perspectiva crítica a partir da década de 1950, e o papel central do Estado na condução do desenvolvimento.

A despeito das grandes contribuições da *Regional Science* e demais trabalhos, o neoliberalismo secundarizou os estudos regionais e levou a uma endogenia exagerada (BRANDÃO, 2012), uma atuação exacerbada aos localismos e regionalismos observados nas teorias de desenvolvimento endógeno.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução dos estudos urbanos e regionais e sua secundarização no contexto neoliberal. A natureza metodológica é bibliográfica, envolvendo os temas cidades, desenvolvimento, Economia Regional e o neoliberalismo. O recorte temporal não abarca os desdobramentos dos anos 2000/10, em que a posição do Estado é retomada pelas crises financeiras e o neodesenvolvimentismo ganha força no Brasil.

A hipótese norteadora está centrada no papel auferido pelas cidades na dinâmica espacial do capitalismo contemporâneo e a concomitante passividade da Economia Regional submetida pelo neoliberalismo em prol de um ambiente auto-ajustável e autossuficiente a partir de localismos e regionalismos, suas especificidades e sua capacidade de integrar a lógica internacional do capital.

O presente trabalho segue estruturado em cinco seções: a primeira refere-se à introdução; a segunda busca refletir sobre as transformações apreendidas pela cidade ao longo de sua evolução, permeado não apenas pela sua estrutura, mas pela região de influência e sua dinâmica interurbana; a terceira seção disserta sobre a evolução da Economia Regional e seu papel histórico-teórico na constituição do desenvolvimento através do território e da relação entre espaço e economia; a quarta faz uma análise das teorias de desenvolvimento no contexto neoliberal e o resgate da importância dos estudos regionais, e; por fim, as considerações finais.

2 A cidade enquanto unidade capitalista

Pensar a cidade é algo instigante e desafiador. Ela não é um fato novo. São diversas as interpretações que pensam a cidade, o que justifica sua complexidade teórico-empírica, além das funções especializadas que a mesma adquire histórica e espacialmente, configurando-se em um polígono de mundos sociais pela identificação social das pessoas que a compõem, ou seja, deve-se considerar todos os determinantes (econômicos, sociais, políticos e culturais) que, no passar dos anos, a constrói, a transforma e a reconstrói. Portanto, o espaço é história e, destarte, a cidade de hoje é corolário cumulativo das cidades

de antes, isto é, transformadas, demolidas, reerguidas, produzidas pelas transformações sociais através dos tempos (SPOSITO, 1988; RAMOS, 2015).

Quanto a sua origem, não se tem ao certo quando. Diversos estudos são elencados para determinar os períodos e os pontos de origem, em que a maioria se situa entre 5,0 e 3,5 mil anos a.C. na região da Mesopotâmia (SPOSITO, 1988; CARLOS, 1997; BRAGA; CARVALHO, 2004).

A cidade, enquanto expressão da produção social, passa por transformações relacionadas aos modos de produção. Exemplos disso têm-se nas cidades da Grécia Antiga e aquelas dominadas pelo Império Romano. Em ambos os casos as cidades eram dominadas pelo aspecto político. A despeito da anacrônica formação social e urbana, as cidades antigas demonstravam certo nível de desenvolvimento pela complexidade social criada, seja pelo aspecto político seja pelo bélico, ou ambos, em seus tempos e, de fato, revelou-se importante na formação das cidades posteriores, sobretudo pela sua complexidade estrutural. As cidades da Grécia Antiga, por exemplo, já apresentavam vestígios de uma divisão social do trabalho. Além disso, ao Império Romano atribuiu-se a descontinuidade 'espontânea' da urbanização visto que as cidades foram moldadas para permitir a hegemonia política romana e ampliar a divisão interurbana do trabalho, tendo em vista que o território romano expandiu e criou um forte papel comercial aos novos espaços conquistados (SPOSITO, 1988; ROLNIK, 1995; LEFEBVRE, 2011; ARAUJO, 2012).

Na Idade Média, seguindo o curso da história após a derrocada do Império Romano no século V, o feudalismo se apresentou como organização econômica e social dominante, eminentemente rural e com uma parca formação e relação sócioespaciais entre os cidadãos. Apesar de ser considerado um período sem grandes evoluções, houve avanços tecnológicos como o aperfeiçoamento na agricultura e no artesanato. Além disso, diversas cidades surgiram da prática *foris-burgus* (SPOSITO, 1988).

Atinente à questão urbana pode-se afirmar que o renascimento urbano, gestado no Império Romano, teve como base inicial o aglomerado medieval que não possuía caráter urbano. Ademais, cidades nasciam em espaços até então inabitados. Houve registros de cidades romanas reconstruídas. Essa renovação da urbanização e, conseqüentemente, das cidades foi possível graças à reativação do comércio, o qual criou bases para a constituição do modo de produção capitalista e, concomitantemente, o declínio do sistema feudal. Nesse sentido, houve diversas modificações no sistema econômico: revoluções comerciais e urbanas, acirramento das relações de troca, a divisão do trabalho e o estabelecimento de uma vida social organizada com a substituição das praças de reflexão e debate pelos mercados e mercadorias agora inseridos na lógica cidadina mercantil, a qual preconiza a troca comercial como função urbana fazendo assim surgir uma nova estrutura do espaço urbano. Destarte, os espaços comerciais disputam a centralidade urbana com os espaços políticos, administrativos (as instituições). Com isso, as terras perderam seu caráter autossuficiente, pois até então sua função era de suprir as necessidades do feudo e de seu senhor (LEFEBVRE, 2002).

Com a ascensão do Absolutismo, a urbanização recebeu um forte reforço, pois a ordem capitalista impôs-se à ordem feudal e cerceou seu monopólio de alimentos, transformando a terra em mercadoria. Com a necessidade de expansão, o capital mercantilizava o processo artesanal urbano e estimulava a produção manufatureira, além, também, do desenvolvimento marítimo, promovendo navegações e, assim, a expansão colonial e a criação de novos monopólios comerciais. Esta ação reforçou a economia mercantil que disseminou a urbanização ao mundo colonial a partir do século XV. Com a ampliação do comércio, o desenvolvimento de uma economia monetária que transformou a relação das pessoas com as mercadorias e o próprio crescimento das cidades configuraram-se em movimentos históricos que fortaleceram um espaço fora do escopo feudal, ou seja, a corrosão da instituição servil, pois permitia aos camponeses romper as amarras que os prendiam à economia feudal (SPOSITO, 1988).

Portanto, o capitalismo surgiu primitivamente sob a égide do comércio, nova centralidade econômica da cidade. A morfologia arquitetural e urbana foi modificada dando lugar ao encontro de pessoas não mais para refletir e debater, mas ao estabelecimento de trocas. A intensificação destas ampliou a riqueza e a circulação de mais trocas para além das fronteiras da cidade. Criou-se maior fluxo de capital em circulação o que, por sua vez, instigou na criação de instituições financeiras e novos mercados. Tendo como passo inicial o processo de mercantilização das cidades como fase inicial em passagem para o urbano, a segunda transformação e efetiva dar-se pela entrada da indústria na cidade. Neste cenário, o campo, até então espaço de insumos para a cidade, passa a depender do parque industrial para sua própria produção, ferramentas e alimentos e bens de consumo básicos. Esse movimento identifica a subsunção do campo à cidade. Ocorrem, assim, implosões e explosões que criam os movimentos da supremacia do urbano na cidade, colocando-a a frente do campo como *locus* privilegiado de reprodução, acumulação e ampliação do capital (LEFEBVRE, 2002; MONTE-MÓR, 2006a; ARAÚJO, 2012).

A indústria nascente se instalava em espaços contíguos às fontes de energias, matérias-primas, meios de transporte, reservas de trabalho, ou seja, ocorreu um movimento de implosão-explosão na cidade. Primeiro, a industrialização negou a centralidade na cidade (implosão), pois, o conteúdo político e comercial perdeu sua potência social. Posteriormente, ocorreu a explosão da cidade ou projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (explosão)ⁱⁱ. Este duplo movimento acarretou a criação de uma anti-cidade, isto é, a negação da cidade que a antecedeu, a cidade política-comercial. Destarte, esvazia-se a qualidade dos costumes e das relações cotidianas, aplainando-as a uma condição quantitativa, por exemplo, “as festas outrora ricas de significações se tornaram uma repetição de signos destinados ao consumo. É como se a cidade fosse compelida a se transformar em uma empresa” (ARAÚJO, 2012, p. 135). Com a quebra do sistema feudal, o sistema urbano se abriu. A cidade criou algo além do que ela representa em três planos: econômico (indústria), social (propriedade mobiliária) e político (Estado) (LEFEBVRE, 2001, 2002, 2011; ARAÚJO, 2012).

Nesse sentido, as cidades, até então presas às raízes locais e regionais, veem, a partir da industrialização, a ampliação de suas funções e relações não somente com os espaços adjacentes, mas também com os espaços distantes.

Dessa forma, reforçou o papel da divisão social do trabalho em âmbito espacial, a divisão territorial do trabalho, ou seja, os lugares se especializaram funcionalmente. Esta divisão tornou-se mais efetiva e possível a partir do desenvolvimento das comunicações e dos transportes (SPOSITO, 1988).

O movimento de transição do mercantilismo da Idade Média para o capitalismo industrial deu-se pela Revolução Industrial do século XVIII com a ascensão do liberalismo econômico e do movimento filosófico-social cujas doutrinas constituíram a base ideológica do novo desenvolvimento industrial e capitalista (*laissez-faire, laissez-passer*) capitaneadas por Smith, Bentham e Stuart Mill. Houve grande explosão do crescimento industrial e da urbanização. Com a divisão social do trabalho e o desenvolvimento dos transportes, as indústrias, antes localizadas ao longo dos rios, com a invenção da máquina a vapor de James Watt, em 1775, poderiam se concentrar em locais determinados, o que auxiliou no surgimento das cidades industriais. As situações iniciais destas cidades eram catastróficas pelas más condições de saneamento das *slums*ⁱⁱⁱ acarretando uma taxa de mortalidade infantil elevadíssima chegando aos anos de 1870 a 260 óbitos para cada 1.000 nascimentos. Tal realidade se modificou paulatinamente com mudanças nas condições sanitárias da classe de trabalhadores. Um dos primeiros a adotar medidas sanitárias favoráveis^{iv} foi Robert Owen na década de 1810 (GOITIA, 1982; ENGELS, 2010).

A indústria transformou regiões longínquas em mercados potenciais. A fábrica, expressão material incipiente do movimento industrial, nasce antes dela, de uma forma e natureza diferenciadas pautada numa produção artesanal pouco coordenada. Com a industrialização de fato e sua intrínseca relação com o processo vertiginoso de urbanização, produtos poderiam ser vendidos a preços menores e em larga escala. O conceito de fábrica anteriormente apregoado se esvai. Assim, mais e mais pessoas se alinharam ao mercado de trabalho industrial (além da desleal concorrência com este setor de produção) (ROLNIK, 1995).

A cidade industrial se estabeleceu enquanto espaço no qual a população local satisfaz parcialmente suas necessidades essenciais de demanda diária no mercado local e outra parte essencial satisfaz-se mediante localidades e/ou habitantes dos arredores que produzem ou adquirem para disponibilizar no mercado. Ela se consolidou como um local de mercado, ou seja, como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e uma especialização permanente da produção econômica (WEBER, 1979).

Ao passo que a cidade industrial é espetáculo, também é detestável. As pressões demográficas e a insuficiência das políticas públicas no urbano desestabilizaram as relações sócioespaciais, criando camadas sociais, espaços subutilizados e precários movidos pelo caos urbano levando, conseqüentemente, as metamorfoses da cidade. Essa aglomeração exacerbada em grandes cidades levou a formação das metrópoles ou cidades globais como espaço produtivo e nexos dos fluxos de mercadorias e pessoas pelo mundo. Esse contexto se inscreve na lógica de transição do capital produtivo para o capital especulativo, para uma cidade pós-industrial (ROLNIK, 1995; CARLOS, 1997; MONGIN, 2009).

Os anos dourados do *boom* industrial converteram-se em anos tenebrosos e instáveis que culminaram em novas alternativas de planejamento econômico e socioespacial. A indústria dominante e coativa converte-se em realidade dominada no “curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam” (LEFEBVRE, 2002, p. 27). Nessa perspectiva, a cidade se metamorfoseou, toma formas diferenciadas e tais mudanças não são acompanhadas ou expressadas pelos estudiosos. Destarte, a palavra ‘cidade’ atravessou séculos sem alterações, mesmo sendo um objeto em contínua mudança, sem conseguir expressar as transformações constantes de algo tão mutável, mantém-se sua nomenclatura e a ela adiciona adjetivos que permita compreender suas características, funções, partes e transformações, tais como cidade satélite, cidade horizontal, cidade verticalizada, cidade mundial, cidade moderna, cidade administrativa, cidade interiorana, cidade informal; além dos adjetivos aos novos aglomerados metropolitanos que surgem na nova fase da acumulação capitalista, cidades globais, metrópole, megalópole, megametrópole, metápole (ROCHEFORT, 2002; LENCIONI, 2008).

No bojo das contribuições para entender a cidade e suas metamorfoses, a vertente marxista, a partir dos adeptos às ideias de Marx (Lefebvre, Gottdiener, Castells – por certo período, Harvey, Massey, dentre outros) evocou as questões urbana e do espaço sob essa perspectiva, ainda que o autor nunca tenha dado a devida atenção ao espaço e a cidade (GOTTDIENER, 1993; LEFEBVRE, 2001, 2002, 2011; HARVEY, 2012). Crítica as ideias da Escola de Chicago^v, a vertente marxista entende que “o espaço da cidade é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas” (RAMOS, 2015, p. 304). Logo, a cidade advém de um consumo coletivo, no qual as relações capitalistas se desenvolvem, ou seja, a acumulação de capital requer um ambiente que garanta a expansão dos meios de produção e controle do fator trabalho. Dessa forma, o Estado assume papel significativo nesse processo como um agente submisso às ações do capital, ou seja, atua na manutenção das relações capitalistas e na correção das falhas de mercado (HARVEY, 1977; GOTTDIENER, 1993; RAMOS, 2015).

Portanto, a cidade é um ambiente construído que surge da mobilização, extração e concentração geográfica de vultosa quantidade de mais-valia; o ambiente erguido é conformado, sobretudo pelo capital intervencionista materializado pelo Estado; o espaço que serve de suporte ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo uma forma de socialização capitalista das forças produtivas; sede e ambiente da reprodução das classes, das atividades de produção, distribuição, troca e consumo. Nessa interpretação, a cidade deixa de ser vista apenas como um produto das relações capitalistas de produção e passa a ser encarada, também, como um processo, pois além de ser o resultado das relações sociais de produção, é ainda um meio a partir do qual se desenvolve o processo de acumulação do capital (TOPALOV, 1979; LOJKINE, 1981; GOTTDIENER, 1993; HALL, 2005; RAMOS, 2015). Todavia, apesar das tentativas, a corrente marxista não foi duramente criticada, sobretudo pela perspectiva economicista: não comportava recursos teóricos suficientes para explicar a realidade socioespacial, as transformações urbanas e uma insuficiência para explicar a heterogeneidade da pobreza e a complexidade do espaço urbano a partir de teorias gerais (TOPALOV, 1979, 1988; GOTTDIENER, 1993; MARQUES; TORRES, 2005; RAMOS, 2015).

Este contexto de desarranjos institucionais, econômicos, urbanos, sociais e, sobretudo, de crises da acumulação capitalista visto a decadência de seu sistema de produção até então hegemônico, evidenciou-se (e ainda se evidencia) diversas transformações nas relações sociais, econômicas, culturais, políticas, internacionais, com o capital financeiro e sua hegemonia via reestruturação produtiva a partir dos anos 1970, alicerçado pelo neoliberalismo. Buscando alternativas de melhorar o desempenho de seus mercados, o keynesianismo perde sua significância, as políticas sociais são deixadas de lado, a atuação do Estado cai abruptamente, além das diversas desregulamentações, incluindo a despossessão de direitos dos(as) trabalhadores(as) em detrimento do mercado internacional, e de uma globalização que cada vez mais agudiza os movimentos não desenvolvimentistas do capital como a polarização de classes, gênero e raça e carência de serviços urbanos, levaram a transformações significativas no mundo, cada região há seu tempo e condição (VÉRAS, 2000).

A reestruturação produtiva e a globalização, ocorridas a partir da década de 1970, geraram nova visão de redes urbanas interconectadas a partir de polos e fluxos regionais/mundiais. Observa-se novas funções mais abrangentes das cidades diante do novo cenário capitalista em decorrência da emergência de um novo modelo de organização técnica de produção com o auxílio das tecnologias concomitantemente à reestruturação do capitalismo, conformando um espaço de fluxos em detrimento de um espaço de lugares (COMPANS, 1999; ROCHEFORT, 2002).

As cidades adquiriram forte protagonismo tanto na perspectiva política como na perspectiva econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. São atores sociais complexos e de múltiplas dimensões (CASTELLS; BORJA, 1996) e em contínua modificação (LAMAS, 2004). O planejamento estratégico toma novas dimensões na configuração das cidades. O fenômeno da globalização trouxe avanços significativos (crescimento econômico e desenvolvimento urbano), porém também evidenciou retrocessos na mesma dimensão (aumento das desigualdades sociais, degradação do meio ambiente e insegurança pública) à cidade. Nesse contexto, as cidades são produzidas, estruturadas, reformuladas para o empresariado e o mercado (ARANTES *et al.*, 2002). Diferentemente do modelo industrial cujos fatores de localização pautavam-se nos custos de transporte e matéria-prima, o novo segmento, mais flexibilizado, tem para si a ajuda das novas tecnologias que permitem as novas indústrias, ou aquelas que se adequaram ao novo paradigma de produção, operarem em escala mundial por meio de redes telemáticas (COMPANS, 1999).

O neoliberalismo e sua 'ética' utópica preconizaram o intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva, as quais se tornaram padrão para a socialização humana. A população vive progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito, numa articulação entre lugares e acentuação da divisão social do trabalho que o capitalismo provoca e de que necessita para se reproduzir (SPOSITO, 1988). Enquanto os mais afortunados encontram saídas para melhorar seu desempenho econômico, ao mesmo tempo, a renda dos mais pobres estagnou ou diminuiu. Essa realidade destaca que a cidade, neste novo contexto, se dividiu em diferentes partes, com aparente formação de muitos "microestados", ou seja, um espaço fragmentado, no qual cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, fixando firmemente ao que for possível na luta diária

pela sobrevivência (BALBO, 1993; NAFSTAD *et al.*, 2007). Sob estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento tornaram-se mais difíceis de sustentar (HARVEY, 2012).

Dessa forma, a cidade se transformou não apenas em razão dos processos globais relativamente contínuos, mas em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações de classe e propriedade (LEFEBVRE, 2011); adquire funções especializadas, ou seja, conforma-se num polígono de mundos sociais pela identificação social que as pessoas compõem (WIRTH, 1979).

Todo esse conjunto de modificações levou as cidades a competir por espaço na nova lógica do capital, a se 'venderem' fazendo uso do marketing urbano (ARANTES *et al.*, 2002), uma retórica persuasiva, (realização dos imperativos do capitalismo atual e da reestruturação econômica global), que configura uma nova agenda para as cidades. Nesse sentido, as cidades que gerarem frutos de seus planejamentos estratégicos de inserção na lógica do dinheiro e do capital, tornam-se modelos para as demais, num movimento de promoção de cidades cada vez mais homogêneas, desconsiderando os aspectos regionais a fim de alimentar espacial e temporalmente a acumulação capitalista. Conquanto, cabe salientar a heterogeneidade e a diversidade (social, geográfica, econômica, política, cultural etc.) que os espaços apresentam e que, destarte, não necessariamente, por exemplo, um modelo de desenvolvimento na Europa satisfaça os desejos de desenvolvimento fomentados na América do Sul (SANCHÉZ, 2001; TEOBALDO, 2010; BRANDÃO, 2012).

Adaptar-se a atual realidade, segundo Castells e Borja (1996), é a única alternativa possível para o desenvolvimento econômico, na medida em que o espaço global condicionará o espaço local e a economia será estruturada a partir de relações entre unidades espacialmente distantes. Todavia, essa realidade não se configura para todos. As cidades expressam a materialização espacial das desigualdades sociais, um *imagined space*, cenário em que a cidade se torna um evento de entretenimento para os que dele podem dispor (CARLOS, 1997; HARVEY, 2012). Em consonância, irradiam diversas operações urbanas como a *gentrification* e outros movimentos que decorrem dela como a favelização, flexibilização e precarização do trabalho, especulação imobiliária etc., imprimindo peculiaridades urbanas segregadoras que diferenciam classes e expulsam direta ou indiretamente as classes menos afortunadas. O fetichismo e a ideologia da transformação (ou seja, a ideologia da modernidade), a crença de um desenvolvimento via mecanismos da modernidade, ocultam a estagnação das relações sociais essenciais (LEFEBVRE, 2011).

Com a intensificação do processo de urbanização dos espaços e, conseqüentemente, a irradiação da metropolização e espraiamento dos condicionantes de crescimento econômico das metrópoles e regiões metropolitanas suas áreas adjacentes e com a inserção das regiões em desenvolvimento na lógica do capitalismo contemporâneo, se tem uma nova regionalização, pois cidades de proporções pequena e média auferem status regionalmente diferenciados, engendrando continuidades e descontinuidades espaciais e difusas que as colocam na lógica mercadológica de cidade (SANCHÉZ, 2001; ARANTES *et al.*, 2002; LIMA; SILVEIRA, 2018).

Ademais, as transformações sócioespaciais do último quartel do século XX, em especial no Brasil, imprimiram novos rearranjos sobre a rede urbana e a forte relação das cidades com seu recorte regional, sobretudo no interior, evidenciando potencialidades regionais e o novo papel auferido pelas cidades. Dessa forma, a relação de cidade e região acentua-se, desenhando um novo regionalismo lançado a competitividade global (LIMA; SILVEIRA, 2018).

O *boom* demográfico e econômico das cidades elevou o padrão de competitividade causando nós complexos dentro e fora dos recortes regionais, acentuando suas desigualdades intra e inter-regionais. Nesse sentido, compreender o papel da região e sua relação com a cidade (que não é de hoje que ocorre), ou seja, da cidade e seu recorte regional, das continuidades e descontinuidades que os espaços atingem pela sua influência regional, num sistema de hierarquias entre cidades e regiões e classificações que determinam suas posições nessa rede de centros de comando regional, de uma mecanização urbana extensiva e difusa que não prende as repercussões de uma economia sobre as demais em decorrência da mundialização das economias e da metropolização do mundo (BREITBACH, 1988; COMPANS, 1999; SANCHÉZ, 2001; LENCIONI, 2006; MONTE-MÓR, 2006a, 2006b; HARVEY, 2012; LIMA; SILVEIRA, 2018). Assim, localidades e regiões tornaram-se destinos estratégicos no entendimento do processo de reestruturação e dinamização do capital; ganham novo significado urbano no contexto do capitalismo contemporâneo, sobretudo nos espaços periféricos, ou seja, o reposicionamento escalar tem como efeito a acentuação das assimetrias regionais (BRANDÃO, 2012; FERNÁNDEZ, 2018).

Portanto, analisar as contribuições da *Regional Science* é necessária para compreender as relações existentes das cidades e suas regiões de influência, sua gênese e evolução teórico-metodológica, e o papel da economia, em especial sua relação com o ‘espaço’, até então ignorado (tema abordado na próxima seção).

3 Economia regional: gênese e constituição

Há relativo consenso de que a variável ‘espaço’ nunca recebeu a devida atenção na Teoria Econômica, sendo ignorada pelos economistas. Essa questão é surpreendente, dado o fato de que as transformações econômicas se manifestam no espaço geográfico, de maneira distinta em um modelo de produção geograficamente expansível e territorialmente transformador, de forma desigual e combinada. Autores como Smolka (1983) defenderam a afirmação de que o fato pelo qual a dimensão espacial não consta nos estudos econômicos pode ser atribuída a hegemonia inglesa no desenvolvimento da teoria econômica, ou seja, as desigualdades dos níveis de produção entre e dentro das regiões seriam eliminados automaticamente, pois faziam usos dos ajustes automáticos elencados, por exemplo, Adam Smith e sua mão invisível e David Ricardo e suas vantagens comparativas, reforçando a posição pioneira da Inglaterra no cenário internacional. Diferentemente disto, a Alemanha não tinha um Estado centralizado que organizasse o território. O cenário alemão do século

XIX suscitava reflexões sobre ordenamento espacial em diversas análises, em especial a econômica (MOTA, 2010).

Diversos temas relacionados a organização espacial, território, região etc., faziam parte do arcabouço de estudos alemão, tanto geógrafos quanto economistas (MORAES, 1998). Dentro desse arcabouço, diversas análises são destacadas alinhadas com três grandes ramos da economia: a teoria das relações econômicas internacionais (Adam Smith e David Ricardo), a teoria da localização (Von Thünen, Weber, Christaller, Lösch) e a geografia econômica (Carl Ritter) (CLAVAL, 2005, 2012; HARVEY, 2006).

Diversas contribuições poderiam ser listadas nessa análise, porém o foco partirá da escola alemã e suas contribuições seminais para economia regional^{vi}. Seu pioneirismo partiu de quatro grandes expoentes da Teoria Clássica da Localização (TCL): Von Thünen (1780/1850), Walter Christaller (1893/1969), Alfred Weber (1868/1958) e August Lösch (1906/45), sendo o segundo o único geógrafo. Ademais, cabe frisar mais dois geógrafos Alexander Von Humboldt (1769/1859) e Carl Ritter (1779/1859)^{vii}, importantes na constituição da Geografia Econômica em meados do século XIX (MORAES, 1998; BENKO, 1999; CAVALCANTE, 2008; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

A despeito de todas as contribuições acima elencadas, somente no II pós-guerra que a Economia Regional e Urbana ganharia particular importância, no período 1950/60, diante da consolidação de diversos aportes teóricos, que norteavam conjuntamente para a necessidade da dimensão espacial na análise econômica. Partindo de uma inspiração macroeconômica, nasce a *Regional Science* na década de 1950, capitaneada inicialmente por Walter Isard mais eclética^{viii} (MOTA, 2010; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Com o melhoramento das estatísticas econômicas, as percepções sobre a forma desigual de distribuição das atividades ficaram mais evidentes, colocando em dúvidas os preceitos neoclássicos (livre mobilidade de fatores). A crítica keynesiana dos modelos de equilíbrio e pleno emprego, as experiências dos países do leste europeu e a emergência dos estados nacionais constituíram as bases teórica, prática e política para a intervenção estatal no território, através do planejamento.

Na Teoria Econômica, a análise espacial teria como esforço de desnudar os motivos para a concentração, dispersão, proximidade e/ou distanciamento das atividades econômicas e as razões de sua distribuição pelo território. Nesse contexto, a *Regional Science* nasce buscando desenvolver esquemas espaciais e regionais na economia (BENKO, 1999; MOTA, 2010).

Doravante, esforços se ampliaram sobre a temática. No bojo dessas preocupações surge a Teoria do Desenvolvimento Regional com ênfase nos fatores de aglomeração^{ix}, destacando as externalidades como fatores que resultavam em dinâmicas de autorreforço e que alimentavam as desigualdades nas suas diversas estruturas. Grandes nomes dessa corrente foram François Perroux (1903/87), Gunnar Myrdal (1898/1987), Albert Hirschman (1915/2012) e Douglass North (1920/2015), além das contribuições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e de Celso Furtado (1920/2004).

Perroux, sob a forte influência da inovação tecnológica schumpeteriana, foi um dos destaques na abordagem do espaço na economia. O processo de crescimento é irregular, pois é seletivo. Tinha como principal preocupação o caráter heterogêneo e desequilibrado da expansão econômica, tendo em vista que cada região é impulsionada pela inovação que lhe diz respeito. Nesse sentido, criou a Teoria dos Polos de Crescimento^x em 1955, na qual os polos nasciam a partir da relação entre indústria motriz, complexo de indústrias e o crescimento dos polos de desenvolvimento. A primeira se refere a indústria que exerce funções mais complexas sobre as indústrias e a economia como um todo. O segundo refere-se ao conjunto composto por três elementos: indústria-chave ou motriz, o regime não concorrencial e a concentração territorial do complexo. O terceiro refere-se ao conjunto de indústrias que estimulam efeitos sobre outras unidades as quais tem relação (BREITBACH, 1988; LIMA; SIMÕES, 2010; BELLINGIERI, 2017).

Seu argumento parte da afirmação de que um polo industrial complexo seria capaz de modificar seu entorno a depender de seu nível de influência econômico-regional decorrentes do surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas, ou seja, o espaço econômico é constituído de centros de emanção de forças centrífugas (atração) e recepção de forças centrípetas (dispersão). Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsão, tem o seu próprio campo, que é invadido pelos campos de outros centros (BREITBACH, 1988; CAVALCANTE, 2008; JESUS; SPINOLA, 2015).

As ideias Perroux foram muito utilizadas no planejamento de políticas regionais nos países latino-americanos. Todavia, sofreram duras críticas: imprecisão conceitual do que seria polo de crescimento; atribuição ao espaço privado *status* de espaço social; falta de clareza quanto aos efeitos aceleradores e as trocas interindustriais, ou seja, a indústria motriz, em algumas situações, não seria capaz de modificar seu entorno e/ou difundir inovações tecnológicas às indústrias movidas. Outro ponto refere-se a sua aplicação no modelo fordista de produção, tendo em vista que a partir da década de 1970 começou a perder espaço na hegemonia dos mercados e no capitalismo em construção (financeiro e flexível). A despeito das críticas e ineficiências constatadas em sua teoria, as ideias de Perroux sobrevivem, ou seja, não caíram em desuso, mas sofreram metamorfoses (SANTOS, 1994; CAVALCANTE, 2008; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011; JESUS; SPINOLA, 2015).

Myrdal, ganhador do Prêmio Nobel em 1974, tratou da questão do desenvolvimento desigual. Considerava a desigualdade um problema no processo de desenvolvimento econômico. O sistema econômico é instável e desequilibrado, de modo que um fator é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores. Sua maior contribuição consiste no modelo de causação circular cumulativa, onde há uma relação causal e circular de fatores, ou seja, um ciclo poderia explicar como um processo pode se tornar a circular e cumulativo, onde um fator é, concomitantemente, causa e efeito de outros fatores. Via na política intervencionista um papel importante, tendo em vista que o autor não era favorável a concentração das atividades econômicas em um espaço, pensando na sua exacerbação. Portanto, era a favor da intervenção do Estado para conter as forças de mercado. Ademais, outra contribuição consiste nos (*backwash effects*) efeitos de polarização e nos efeitos propulsores (*spread effects*), os quais representam os efeitos perversos e os efeitos de transbordamento

decorrentes do impulso de desenvolvimento, respectivamente (BENKO, 1999; CAVALCANTE, 2008; LIMA; SIMÕES, 2010; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011; BELLINGIERI, 2017).

Hirschman discutiu a questão regional, tendo como foco as disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimentos. Segundo ele, há duas imagens que podem inviabilizar o desenvolvimento: *the group-focused image of change* e *the ego-focused image of change*. No primeiro, a mudança econômica é pensada coletivamente, ou seja, deve afetar igualmente todos os indivíduos do grupo, culminando na dispersão dos recursos públicos em toda a parte, o que não permite padrões mais dinâmicos de mudança. No segundo, o foco está na mudança concebida individualmente, o que reduz a cooperação e a capacidade empreendedora. Logo, um equilíbrio entre essas imagens auxiliaria na condução do desenvolvimento. Atestou a importância do Estado, especialmente nos países em desenvolvimento, pois, diante da insuficiência de cooperação e empreendedorismo, o estímulo a atividades rotineiras é interessante, tendo em vista que dependem muito menos de fatores incertos, permitindo que os investimentos empregados possam compensar as dificuldades, através dos efeitos de complementaridade (BENKO, 1999; CAVALCANTE, 2008; LIMA; SIMÕES, 2010; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011).

Defende que a desigualdade é inerente ao processo de desenvolvimento; são fundamentais tendo em vista que os desequilíbrios induzem outros desequilíbrios, requerendo novos movimentos. Com o crescimento surgindo em determinados espaços do território, o papel do Estado é importante criando estratégias para manejar as tensões entre o moderno e o tradicional. Diante disso, Hirschman considera primordial o investimento e as decisões que o permeiam como fatores significativos na manutenção do desenvolvimento de uma região, ou seja, através da estrutura econômica das principais atividades e do empreendedorismo local pode-se mensurar o nível de capacidade do país^{xi} (BENKO, 1999; BELLINGIERI, 2017).

Além disso, outras contribuições foram importantes, como os *Backward linkage effects* (relacionados à compra de *inputs* de outras atividades) e os *forward linkage effects* (relacionados ao fornecimento de *inputs* para outras atividades). A partir daí a implantação de uma indústria de grande porte induziria a disseminação de indústrias satélites. Por fim, destacou dois efeitos que mostram as transmissões inter-regionais e o desenvolvimento desigual: *trickling-down effects* (fluência) e *polarization effects* (polarização), nas relações de complementaridade e concorrência entre regiões adjacentes (BENKO, 1999; CAVALCANTE, 2008; LIMA; SIMÕES, 2010; MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011; BELLINGIERI, 2017).

A despeito da Teoria da Base Exportadora ter sido analisada inicialmente pelo economista Homer Hoyt (1895/1984), ela ganhou maior evidência e aperfeiçoamento com North. De inspiração keynesiana, a teoria em questão parte da ideia de que os níveis de produção e emprego de determinada região depende de suas atividades exportadoras, ou seja, o crescimento é dado em grande medida pelos insumos explorados na região e que possuem prestígio no comércio internacional^{xii}. Destarte, destacou que há uma atividade base (exportação) e as atividades de suporte (mercado interno) (BREITBACH, 1988; BENKO, 1999; BELLINGIERI, 2017).

Sua análise atestou que as exportações funcionariam como uma panaceia para os problemas de desenvolvimento regional. Outro ponto é sua crítica a tese dos evolucionistas^{xiii} – em que seria impossível replicá-la em todos os países – a qual defende um desenvolvimento a partir de fases sucessivas, iniciada por uma economia agrícola autossuficiente.

Fechando as contribuições de North, cabe destacar a hipérbole teórica do autor em relacionar as exportações como soluções para os problemas regionais. Ademais, o descarte das importações do modelo foi criticado, pois possuem parcela de importância no bem-estar social e na competitividade (BREITBACH, 1988; BENKO, 1999; MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011).

Indo de encontro com as contribuições dos estudos da América, frisam-se dois expoentes: CEPAL e Celso Furtado. A primeira trouxe novos *insights* teóricos sobre a constituição do desenvolvimento em países periféricos com a noção de modelo Centro-Periferia, a ideia de deterioração dos termos de troca, destacando o hiato econômico entre os grupos de países acima citados etc.^{xiv}; de modo geral, suas contribuições foram importantes para estimular reflexões sobre as questões urbanas e regiões da época acerca dos problemas da divisão internacional do trabalho para a periferia. O segundo, um dos grandes nomes dos estudos urbanos e regionais na América Latina, sobretudo no Brasil. Chamou atenção para a formação estrutural dualista, constituída por padrões pré-capitalista e bases de maximização de lucros. Destacou que o subdesenvolvimento não era uma anomalia, muito menos uma etapa necessária rumo ao desenvolvimento, mas um processo autônomo, corolário das condições históricas que engendram obstáculos e perseveram o dualismo estrutural na economia subdesenvolvida. Destacou através do método histórico-estrutural as heranças da formação econômica brasileira. Seu trabalho seminal, *Formação Econômica do Brasil*, foi muito importante para a consolidação do planejamento regional no país, sobretudo pensando o desenvolvimento da região Nordeste (FURTADO, 2000; RODRIGUES, 2009).

Outra ponte teórica evidenciada pouco antes do neoliberalismo se disseminar, a corrente marxista se propôs a construir caminhos que pudessem analisar a questão espacial. Enquanto pensamento alternativo, a ideia base estava em que o território era uma produção social, munida de conflitos e lutas travadas em torno do ambiente socialmente construído.

Ainda que tenha dado pouca atenção a questão espacial, autores marxistas buscaram fazer a esta ponte, entre os estudos de Marx e o espaço. Este constituiu-se em fragmentos histórico-geográficos da sociedade. Nesse sentido, o espaço é corolário de uma produção social, num movimento complexo de fazer e refazer as mercadorias – materiais e imateriais – produzidas e consumidas pelos sujeitos fundamentais do processo de produção espacial – os agentes do território (PEREIRA, 2016).

Caracteriza o Estado como intermediador das relações capitalistas que favorecem os proprietários dos fatores de produção. Ademais, grande parte desses autores são sociólogos e geógrafos, o que mostra a dificuldade de incorporação da visão crítica do território às Ciências Econômicas, tratando-o como um ente autônomo. Apesar das contribuições dessa teoria, sobretudo

pela geografia crítica, perderia força com o surgimento do neoliberalismo (MOTA, 2010).

Diversas foram as contribuições acerca do desenvolvimento regional e urbano, a importância do Estado e a constituição de políticas que visassem a questão social. Apesar do caráter heterodoxo das proposições teóricas críticas, o forte predomínio das interpretações conservadoras ainda era claro. Tendo como base a macroeconomia regional^{xv}, os estudos se articularam com uma nova dimensão que surgiu com o neoliberalismo: o desenvolvimento local. Este tornou-se um novo paradigma de desenvolvimento. Com a globalização e a reestruturação produtiva, o desenvolvimento seria moldado pelos aspectos locais e territoriais e pela sua capacidade de aproveitar suas potencialidades de conexão com o sistema global^{xvi}. As teorias de desenvolvimento endógeno apregoam o progresso técnico como uma variável endógena do modelo, possibilitando que espaços locais e regionais possam exercer domínio mediante políticas ativas de desenvolvimento (MOTA, 2010; BELLINGIERI, 2017).

Nesse contexto, ainda há as contribuições da Nova Geografia Econômica (NGE), gerada nos anos 1990 por grandes expoentes, como Paul Krugman. O contexto a partir da década de 1970, apresenta um ambiente diferenciado, em busca de novas interpretações teóricas para o novo paradigma técnico-produtivo – o neoliberalismo –, a partir de uma consonância entre políticas econômicas e desenvolvimento regional e urbano^{xvii}, o que será discutido a seguir.

4 O neoliberalismo e a secundarização dos estudos regionais

A partir do II pós-guerra, houve a crise dos paradigmas keynesianos e o surgimento do neoliberalismo em contrapartida as contribuições dos economistas críticos dos estudos sobre desenvolvimento regional e urbano (Myrdal, Hirschman, Furtado, CEPAL etc.). Apesar disso, o conservadorismo empregado precisaria se adequar as mudanças na economia e na geografia. Diante disso, houve uma forte tensão nos estudos urbanos e regionais ampliando o espectro analítico dentro dos padrões macroeconômicos, com menor atuação do Estado, sobretudo dando maior autonomia na condução do desenvolvimento aos entes subnacionais. Destarte, a condução na ordem passou a ter maior destaque por parte das próprias regiões, alterando a divisão territorial do trabalho, dando azo as regiões mais capacitadas que pudessem atender aos novos paradigmas do capital (MOTA, 2010).

As transformações provocadas pela globalização e pela reestruturação produtiva culminou em novas interpretações dos espaços urbanos e regionais, de modo a criar convergências entre as políticas econômicas e o desenvolvimento regional e urbano focado na escala local. Os novos paradigmas teóricos envolvendo a Economia Regional (teorias de desenvolvimento endógeno e NGE, por exemplo) suscitam alternativas de desenvolvimento no ambiente neoliberal.

Tomando as contribuições nesse contexto, as teorias de desenvolvimento endógeno surgem salientando o ambiente local nas políticas de desenvolvimento. Alguns autores fazem destaques a esse respeito. Castells e Borja (1996) e Benko (2001) mencionaram alguns desses destaques: a redefinição do papel do Estado, o protagonismo dos agentes locais – leia-se, cidades –, os níveis de ação locais e regionais ganhando força nas composições produtivas em que o possível desenvolvimento de regiões e/ou cidades^{xviii} ditam o desenvolvimento da nação, como um todo, ou seja, os territórios passam a assumir o protagonismo do desenvolvimento numa lógica *top-down*, em que as potencialidades ditam as possibilidades.

Ainda no bojo dessa teoria, Bellingieri (2017) elenca os desdobramentos desse paradigma de desenvolvimento, alguns deles mencionados com frequência em textos correlatos: Distrito industrial, Ambiente inovador (*Milieu Innovateur*), *Cluster*, Capital Social, Indústria Criativa e Economia Criativa e Nova Teoria do Crescimento. Dando destaque ao primeiro e ao último, há forte relação com a NGE, sobretudo pelo Paul Krugman.

Os distritos industriais fazem menção ao arcabouço marshalliano evidenciando um caso de sucesso na chamada Terceira Itália na década de 1970, sob uma aglomeração de pequenas e médias indústrias integradas entre si, através de coordenação e cooperação. A integração reforça a robusta divisão do trabalho, as fortes conexões socioculturais e a governança local. No segundo caso, a Nova Teoria do Crescimento nasce pelas contribuições de Paul Krugman – forte expoente da NGE – e tem como base principal a hipótese de que uma concentração em determinado espaço ocorre pela interação entre rendimentos crescentes, custos de transporte e demanda e, além disso, tem relação com a história (BELLINGIERI, 2017).

A NGE ganha destaque pelas suas contribuições na década de 1990, a partir de estudos predecessores – como aqueles salientados no parágrafo anterior, sendo o mais influente na abordagem das aglomerações produtivas e industriais. Logo, engendrou-se um modelo analítico em que a evolução da estrutura do espaço econômico é determinada pela relação de forças centrípetas (indução a concentração espacial) e forças centrífugas (indução a desconcentração espacial), tendo como principal preocupação evitar os chamados fracassos regionais, ou seja, resultados socialmente ineficientes. Contudo, falta a NGE bases teóricas mais amplas e um suporte empírico correspondente, bases principais das críticas sofridas (SUZIGAN; FURTADO; GARCIA, 2007).

Doravante, o novo ambiente constituído pelas transformações na economia mundial já mencionadas e os novos paradigmas de desenvolvimento suscitaram novos caminhos para os estudos urbanos e regionais (este principalmente), em que a região ficaria responsável pela construção das condições econômicas, institucionais, políticas e sociais que as permitam competir no mercado nacional e internacional. Nessa lógica, o mercado externo promoveria a seleção de lugares e de inovações que fizessem uso das especialidades territoriais, estimulando políticas macroeconômicas e regionais de estímulo às exportações – uma forma de elevar as conexões da região com o mundo.

Investimentos estratégicos são primordiais para garantir capacidades e níveis de competitividade as regiões – os novos requisitos locacionais. Dessa forma, novos arranjos são criados no bojo das políticas setoriais – regionais e urbanas – para atender a nova lógica da competitividade. Para o Brasil, alguns deles são mencionados em diversos trabalhos: Arranjos Produtivos Locais (APLs), Indicação geográfica, Planejamento estratégico de cidades ou planejamento estratégico urbano e *City Marketing*. O primeiro, implementado no início dos anos 2000, inspirado nos distritos industriais marshallianos e no *Cluster*, “são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes” (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 11). O segundo tem como intuito gerar mais valor agregados aos bens produzidos, local ou regionalmente. O terceiro faz menção a um plano de ação, com a participação dos agentes locais na promoção de projetos de desenvolvimento. O quarto refere-se as estratégias de marketing para impulsionar a cidade ao cenário nacional e internacional, valorizando sua posição territorial aos olhos da sociedade e, sobretudo, dos investidores (BELLINGIERI, 2017).

O planejamento estratégico, a competitividade excessiva entre os locais, transformando cidades em empresas e/ou mercadorias, o capital globalizado e sua célere disseminação pelo mundo são o resultado das novas transformações na economia mundial e dos novos ditames do desenvolvimento regional e urbano, gerando mais espaços para a acumulação de capital, reduzindo as barreiras espaciais e comprimindo o tempo (ARANTES *et al.*, 2002; HARVEY, 2005).

As políticas com foco nas demandas sociais nos anos 1970 foram redirecionadas à oferta dos espaços locais – as práticas da guerra fiscal são exemplos disso –, impondo a eficiência econômica às expensas da equidade social. O foco central é o aproveitamento das ‘janelas de oportunidade’, onde as políticas setoriais auxiliariam na construção dos determinantes que habilitariam os lugares. Ao Estado caberia criar o ambiente propício para os locais.

O desenvolvimento e o território se encontram presos a esses paradigmas neoliberais. Cria-se a ideia de um ambiente de autossuficiência das políticas locais. A ilustração da dificuldade de implementar essa ideia pode ser vista em Vázquez Barquero (2001), em que afirma que o desenvolvimento endógeno é factível desde que haja a ação conjunta de determinados elementos – inovação, conhecimento, flexibilidade do sistema produtivo, desenvolvimento urbano e instituições adequadas. Todavia, um dos pontos críticos dessa teoria é aplicá-las conjuntamente, pela complexidade existente nessa concatenação.

As transformações nos estudos sobre desenvolvimento, território e nas questões urbanas e regionais foram secundarizadas pela ação do neoliberalismo em prol de um ambiente auto-ajustável e autossuficiente a partir de localismos e regionalismos, suas especificidades e sua capacidade de integrar a lógica internacional do capital.

5 Considerações finais

A cidade é um elemento de pesquisa importante. Sua intrínseca relação com a questão urbana suscitou reflexões sobre o território e suas relações com a região. A evolução da Economia Regional trouxe à tona sua posição de destaque na dinâmica urbana e regional e seu entrelaçamento complexo com o espaço (contíguo ou não). Enquanto unidade capitalista, foi criada e recriada para atender as exigências do capitalismo vigente, seja qual for o agente econômico hegemônico.

A gênese do capital acentuou as complexidades urbanas e regionais auferidas pelas cidades ao longo do tempo, ditando sua posição enquanto espaço de reprodução e circulação do capital. Nas últimas cinco décadas, as cidades, diante de intensos processos contínuos e difusos de urbanização, demográfico e econômico, criaram novas facetas na lógica capitalista, com o foco centrado em localismos e regionalismos às expensas das teorias de desenvolvimento regional e do Estado. Esse contexto expressou o acirramento da competitividade entre locais, buscando uma retórica persuasiva que coloque as cidades em destaque não somente para o capital nacional, mas para o capital internacional.

No bojo dessas transformações, as relações econômicas se entrelaçaram (ainda que a passos descompassados) com o espaço, ampliando os horizontes das Ciências Econômicas para com os estudos regionais (*Regional Science*). As redes de cidades, as novas formas urbanas que foram criadas e recriadas, a constituição de uma ciência que buscasse compreender as dinâmicas regionais de desenvolvimento, ao passo que permitisse fugir dos preceitos ortodoxos e aliar a questão da desigualdade e do desenvolvimento as análises que envolvem cidades/regiões subdesenvolvidas, permitindo alçar voos em direção ao desenvolvimento são transformações estruturais nas redes de fluxos e nós que integram a economia mundial e acentuam as dinâmicas sócioespaciais de modo que as relações entre escalas podem gerar diversas combinações (entre local, regional, nacional e global), em um ambiente entrelaçado, complexo e difuso.

Com o neoliberalismo, as políticas atreladas a questão social que envolviam ações de desenvolvimento econômico, foram redirecionadas em prol de um ambiente local, levando em consideração a eficiência econômica em detrimento da equidade social. Destarte, o desenvolvimento e o território estão presos aos paradigmas neoliberais, numa espécie de ambiente autossuficiente e auto-ajustável.

O capital se sobrepôs as questões sociais, econômicas, urbanas, regionais, políticas, culturais e de desenvolvimento, dando-as papéis secundários na lógica do capital financeiro. O protagonismo local não deve ser entendido como um desenvolvimento local, até porque as determinações desse processo incitam a competitividade entre locais, comprometendo o erário a médio e longo prazo. Todavia, cabe destacar que os espaços locais tendem a ser salientados em países em desenvolvimento, tendo em vista sua heterogeneidade espacial e diversidade regional/cultural. As práticas no Brasil são exemplos interessantes e até bem-sucedidos, como os APLs.

Acredita-se que o ponto de destaque é entender que as práticas locais não se apresentam como panaceia de desenvolvimento no contexto dos localismos e regionalismos – está mais integrado a lógica do capital e a

competitividade entre cidades/regiões –, que o Estado é parte fundamental do desenvolvimento pelos investimentos e aplicações de cunho econômico e social e que as teorias de desenvolvimento regional merecem mais atenção. No Brasil, o planejamento urbano e regional continua minguado conceitual e empiricamente, evidenciando as tentativas de criar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e suas atualizações (PNDR I e II). Deve-se pensar políticas que abordem conjuntamente as cidades, as regiões e o desenvolvimento, que permitam integrar nacionalmente a nação, mas que não deixe de destacar as especificidades regionais e suas potencialidades de desenvolvimento regional.

Referências

ARANTES, O. B. F. *et al.* **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 31, p. 133-142, 2012.

BALBO, M. *Urban planning and the fragmented city of developing countries.* **Third World Planning Review**, v. 15, n. 1, p. 23-35, 1993.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XIX, v. 2, nº 37, p. 6-34, 2017.

BENKO, G. **A ciência regional.** Oeiras: Celta Editora, 1999.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. de. Cidade: espaço de cidadania. In: GIOMETTI, A. B. R; BRAGA, R. (Org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia.** São Paulo: UNESP-PROPP, 2004. P. 105-120.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BREITBACH, A. C. de M. **Estudo sobre o conceito de região.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CARLOS, A. F. A. **A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 45, p. 152-166, 1996.

CAVALCANTE, L. R. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, p. 9-32, 2008.

- CLAVAL, P. Espaço e território: as bifurcações da ciência regional. **Espaço e Economia**, a. 1, nº 1, 2012.
- CLAVAL, P. Geografia econômica e economia. **GeoTextos**, v. 1, n. 1, p. 11-27, 2005.
- COMPANS, R. O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, n. 1, p. 91-114, 1999.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porquê e como recuperar a escala nacional? In: BRANDÃO, C. A.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Escalas Espaciais, Reescalamentos e Estatalidades**: lições e desafios para América Latina. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital-Observatório das Metrôpoles, 2018.
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 10ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EdUSP, 1993.
- HALL, P. **Cidades do amanhã**. 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- HARVEY, D. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Urbanismo y desigualdad social**. Traducción de Marina Gonzalez Arenas. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1977.
- JESUS, J. A. de; SPINOLA, N. D. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento - revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XVII, nº 2, p. 935-952, 2015.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Novas políticas na era do conhecimento: o foco dos Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 3ª reimpressão. São Paulo-SP: Centauro Editora, 2011.

- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 24, p. 109-123, 2008.
- LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. (Org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XII, nº 21, p. 5-19, 2010.
- LIMA, J. G.; SILVEIRA, R. L. L. da. Cidades Médias Brasileiras a Partir de um Novo Olhar Denominal e Conceitual: Cidades de Comando Regional. **Desenvolvimento em questão**, ano 16, n. 42, p. 8-41, 2018.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. de O. *et al.* (org.). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.
- MONGIN, O. **A Condição Urbana**. A cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 09-18, 2006a.
- MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006b.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MOTA, Fernando Cezar de Macedo. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. 286 p. Tese (Livre Docência) – Instituto de Economia, Unicamp, 2010.
- NAFSTAD, H. *et al.* **Ideology and power: the influence of current neoliberalism in society**. **Journal of Community and Applied Social Psychology**, v. 17, n. 4, p. 313-327, 2007.

PEREIRA, W. E. N. **Reestruturação do setor industrial de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990**. [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRRN, 2016.

RAMOS, E. F. A Cidade pensada teoricamente. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 301-311, 2015.

ROCHEFORT, M. Cidades e globalização. **Mercator**, ano 1, n. 2, p. 7-11, 2002.

RODRIGUES, O. **O estruturalismo latino-americano**. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polít.**, 16, p. 31-49, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. Designing Policies for Local Production Systems: A Methodology Based on Evidence from Brazil. **Economia**, v. 8, nº 1, p.161-186, 2007.

TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. XX, p. 137-148, 2010.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço e Debates**, ano VIII, v. 1, n. 23, p. 5-30, 1988.

TOPALOV, C. **La urbanization capitalista**: algunos elementos para su análisis. México: Editorial Edicol, 1979.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

VÉRAS, M. P. B. **Trocando olhares**: uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo: Studio Nobel EDUC, 2000.

WEBER, M. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ⁱ São estruturas adjacentes as fortalezas usadas na proteção dos bens dos mercantes da época (SPÓSITO, 1988).

ⁱⁱ Gera-se uma enorme concentração na realidade urbana, de pessoas, de atividade, de riqueza, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento (implosão) e, ao atingir o apogeu da concentração, ocorre a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos, a saber: periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc. (explosão) (LEFEBVRE, 2002).

iii Favelas. Cortiços.

iv A ideia de favorecimento colocada neste contexto significa favorecimento de uma classe em detrimento de outra, ou seja, visa esclarecer que a melhoria das condições sanitárias garante aos trabalhadores mais anos de vida e vigor físico por mais tempo, o que, por sua vez, garante ao mercado de trabalho (leia-se capitalistas) mais fator trabalho disponível para expansão da cidade e, principalmente, do lucro.

v Sobre isso, ver em PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

vi Suas contribuições permearam os espaços agrícola, industrial e de serviços. Para maior aprofundamento sobre as contribuições anteriores, ver Smolka (1983), Breitbach (1988) e Benko (1999).

vii Grande expoente dessa corrente de pensamento (que posteriormente se transformará em Nova Geografia Econômica), a ideia pautava-se em entender a diferenciação das regiões econômicas em uma época que a evolução do transporte – ferrovias e navegação a vapor – estava em alta. Estava interessado especialmente pela circulação desses transportes (CLAVAL, 2005, 2012).

viii Cabe frisar outros reforços teóricos importantes para a economia regional, como Marshall (1842/1924), Hotelling (1895/1973) e a Escola de Chicago (tendo como grande expoente Park).

ix Não há um consenso sobre quem possa ser o precursor no que se refere as aglomerações das atividades como fatores de localização. Grande parte aponta para Marshall o pioneirismo, ideias perceptíveis, porém tácitas. Ademais, é clara a influência dos preceitos keynesianos e schumpeterianos nessas teorias (CAVALCANTE, 2008).

x Jacques Boudeville também participou desse processo, agregando novas informações a essa teoria, enfatizando a importância dos instrumentos de política regional para orientar os polos de desenvolvimento.

xi Sobre as decisões de investimento, Hirschman dividiu em duas partes tais decisões em que, de um lado está o *Social Overhead Capital* (atividades de cunho social: saúde, educação, transporte, energia, saneamento etc.) e, do outro lado, estão as *Directly Productive Activities* (setores primário, secundário e terciário) (BELLINGIERI, 2017).

xii Cabe frisar que as demandas externas e as vantagens comparativas da região são elementos exógenos ao modelo teórico proposto, ou seja, não são influenciadas pela região (BELLINGIERI, 2017).

xiii Para mais detalhes, ver em ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: (um manifesto não comunista). 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

xiv O modelo Centro-Periferia foi perdendo cada vez mais sua importância em espaços caracterizados pelas relações em rede entre os polos regionais, e não pelos sistemas verticais tradicionais de hierarquia entre regiões.

xv Servindo de alicerce teórico para trabalhos sobre contabilidade regional, exportação, estrutura econômica e multiplicador regional de renda.

xvi Salienta-se, antes de tudo, que desenvolvimento local não é sinônimo de desenvolvimento municipal. O termo refere-se a um território socialmente construído, podendo ser relacionado ao desenvolvimento de uma cidade, grupo de cidades ou de uma região (BELLINGIERI, 2017).

xvii Com destaque para os agentes locais em detrimento do Estado; uma nova concepção do individualismo metodológico da análise espacial, mais complexa e sofisticada, envolvendo modelos computacionais preconizados pela NGE.

xviii Através de investimentos públicos e privados e de dominação da comunidade local.